



RIO GRANDE CAPITALIZAÇÃO S.A.
CNPJ: 29.985.998/0001-02
Rua Siqueira Campos, 1.163 - 6º andar / Cep: 90010-001

Relatório da administração

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

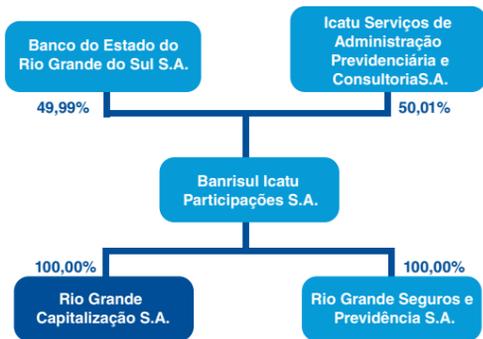
Senhores Acionistas,

1. Contexto geral

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras (Demonstrações) da **Rio Grande Capitalização S.A.** (Companhia), relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Essas práticas contábeis estão contidas no conjunto de normas emitidas pela SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, onde se destacam a Resolução CNSP nº 432 de 12 de novembro de 2021 e a Circular nº 648 de 12 de novembro de 2021, e suas alterações posteriores, sendo esta última a que aprova a adoção dos pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), na íntegra ou com especificidades, para essas companhias.

Em 30 de setembro de 2023, a Icatu Consultoria de Investimentos S.A., controladora indireta da Companhia, foi incorporada pela Icatu Serviços de Administração Previdenciária e Consultoria S.A.

A Companhia é uma controlada integral da Banrisul Icatu Participações S.A., que por sua vez é controlada pela Icatu Serviços de Administração Previdenciária e Consultoria S.A., com 50,01% e tem como acionista o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Banrisul), com 49,99%, como a seguir:



A Companhia, tem como objeto principal, a negociação exclusiva de títulos de capitalização, majoritariamente, através do canal de vendas do Banrisul.

2. Desempenho

2.1. Operação e patrimônio

Durante o ano de 2023, a arrecadação da Companhia foi de R\$ 738.601 (R\$ 558.164 no mesmo período do ano anterior), representando um aumento de 32,33% (9,67%

no mesmo período do ano anterior). As receitas líquidas da Companhia foram de R\$ 160.131 (R\$ 130.931 no mesmo período do ano anterior). Os sorteios representaram R\$ 19.313 (R\$ 17.974 no mesmo período do ano anterior), 2,61% da arrecadação (3,22% no mesmo período do ano anterior), e os custos de aquisição foram de R\$ 30.766 (R\$ 28.235 no mesmo período do ano anterior), representando 4,17% da arrecadação (5,06% no mesmo período do ano anterior).

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia atingiu um ativo total de R\$ 1.282.137 (R\$ 1.187.233 em 31 de dezembro de 2022), representando um aumento de 8,0%. O patrimônio líquido, em 31 de dezembro de 2023, atingiu o montante de R\$ 113.115 (R\$ 100.449 em 31 de dezembro de 2022), representando um aumento de 12,61%.

2.2. Resultado financeiro e solvência

Em 2023, as despesas administrativas foram de R\$ 78.666 (R\$ 56.674 no mesmo período do ano anterior).

Em 2023, as receitas financeiras líquidas totalizaram R\$ 43.351 (R\$ 42.725, no mesmo período do ano anterior), representando um crescimento de 1,47%, principalmente devido a taxa SELIC efetiva maior no período e ao crescimento da carteira de aplicações.

A Companhia administra os seus negócios de acordo com as melhores práticas de gestão de ativos, passivos e risco, garantindo a capacidade financeira de honrar todos os seus compromissos, de acordo com os preceitos da Circular SUSEP nº 648 de 12 de novembro de 2021 e suas alterações posteriores. A Companhia mantém sólida posição financeira, com excesso de ativos vinculados à cobertura de provisões técnicas na ordem de R\$ 105.109, no ano de 2023 (R\$ 83.007, no ano de 2022), e apresentando um nível de solvência (PLA/CMR) de 417% (380% em 31 de dezembro de 2022).

3. Política de dividendos e destinação do lucro líquido anual

A Companhia tem a política formal de distribuição de dividendos mínimos de 50% do lucro líquido do ano, conforme consta em seu Estatuto Social.

A destinação dos resultados está apresentada a seguir, conforme o ano indicado:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do ano	49.386	42.525
Compensação de prejuízos acumulados	-	(633)
Lucro líquido do ano após compensações	49.386	41.892
Constituição da reserva legal	(2.470)	(2.094)
Base para a distribuição de dividendos	46.917	39.798
Cálculo do dividendo mínimo obrigatório	23.458	19.899
Total Destinação do lucro líquido	49.386	41.892
Constituição de reserva legal	2.470	2.094
Constituição de reserva estatutária	21.714	9.798
Pagamento dividendos antecipados do lucro do exercício	1.744	-
Constituição de dividendo mínimo obrigatório	23.458	19.899
Dividendos em excesso ao mínimo obrigatório	-	10.101
Dividendos intermediários pagos:	35.000	-
A contar para o mínimo obrigatório	35.000	-
Oriundos do lucro do exercício	25.202	-
Com baixa de reserva de lucros	9.798	-

Nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa e das mutações do patrimônio líquido é possível verificar os dividendos declarados e pagos durante os anos de 2023 e de 2022 respectivamente.

4. ASG - Ambiental, Social e Governança

A Circular SUSEP nº 666 entrou em vigor em 01 de agosto de 2022 e seus prazos de adequação vão de 28 de fevereiro de 2023 a 30 de junho de 2025 para o segmento que a Companhia está inserida. O processo de adequação da Companhia começou com o diagnóstico, estudo de materialidade e o mapeamento inicial dos riscos de sustentabilidade.

Em linha com as exigências regulatórias, a Companhia divulgou sua política de sustentabilidade com base nos temas materiais – governança, ética e conduta profissional, pessoas, inovação, responsabilidade social, meio ambiente e riscos climáticos – em fevereiro de 2023. Ao longo do ano, o processo de inserção dos riscos de sustentabilidade no sistema de controles internos (SCI) e na estrutura de gestão de riscos (EGR) avançou, com conclusão prevista em 28 de fevereiro de 2024. A primeira divulgação do relatório de sustentabilidade está prevista para o ano de 2025.

Durante o ano de 2023, a contribuição da Companhia retornou à sociedade R\$ 76.800 (R\$ 55.846 no mesmo período de 2022) pagos à serviços terceirizados, R\$ 536.054 em resgates, R\$ 18.728 em sorteios, R\$ 8.980 (R\$ 6.986 no mesmo período de 2022) em tributos indiretos e R\$ 32.093 (R\$ 28.456 no mesmo período de 2022) em tributos diretos. O sustentável resultado da Companhia é reflexo do esforço constante na melhoria dos processos operacionais e a atenção da administração no desenvolvimento de controles e às melhores práticas de governança corporativa. A Companhia possui uma estrutura de governança corporativa e operacional, que permite aos acionistas administrarem o negócio de maneira eficiente, com o acompanhamento adequado dos resultados gerados, a garantia de conformidade legal e estatutária e o direcionamento de valores, objetivos e estratégias.

5. Auditores Independentes

A KPMG Auditores Independentes Ltda. presta serviços para o Grupo Icatu e os valores contratuais no ano de 2023, brutos de tributos, totalizam R\$ 2.283, referentes à auditoria das demonstrações financeiras e asseguração, requeridos pelo órgão regulador.

6. Agradecimentos

A Companhia aproveita a oportunidade para agradecer aos acionistas pela confiança e à SUSEP pelo apoio.

Porto Alegre, 26 de fevereiro de 2024.

A Administração.

Balancos patrimoniais para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
ATIVO		
CIRCULANTE	513.798	847.255
Disponível	2.871	6.330
Caixa e bancos	710	542
Equivalente de caixa	Nota 5 2.161	5.788
Aplicações	Nota 5 508.791	837.397
Créditos das operações de capitalização	53	34
Outros créditos operacionais	Nota 6 1.702	610
Títulos e créditos a receber	Nota 7.1 381	2.705
Despesas Antecipadas	-	179
ATIVO NÃO CIRCULANTE	768.339	339.978
Realizável a longo prazo	768.283	339.955
Aplicações	Nota 5 764.667	330.864
Títulos e créditos a receber	3.616	9.091
Créditos tributários e previdenciários	Nota 7.2 2.610	8.170
Depósitos judiciais e fiscais	Nota 13.3 1.006	921
Intangível	56	23
TOTAL DO ATIVO	1.282.137	1.187.233

	31/12/2023	31/12/2022
PASSIVO		
CIRCULANTE	1.167.992	1.085.852
Contas a Pagar	12.069	31.086
Obrigações a pagar	Nota 8 9.193	26.054
Impostos e encargos sociais a recolher	962	435
Impostos e contribuições	Nota 8.1 1.914	4.597
Débitos de operações com capitalização	Nota 9 2.147	2.500
Depósitos de terceiros	Nota 10 173	44
Provisões técnicas - capitalização	Nota 11 1.153.603	1.052.222
Provisão para resgates	1.087.895	980.810
Provisão para sorteio	13.196	12.936
Provisão para despesas administrativas	149	34
Outras provisões	52.363	58.442
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	1.030	932
Contas a pagar	1.006	905
Outras contas a pagar - obrigações fiscais	Nota 13.2 1.006	905
Outros débitos - provisões judiciais	Nota 13.1 24	27
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	113.115	100.449
Capital social	Nota 14.1 90.000	90.000
Reservas de lucros	Nota 14.2 26.278	21.993
Ajustes de avaliação patrimonial	Nota 14.4 (3.163)	(11.544)
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.282.137	1.187.233

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos resultados para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro 2023 e de 2022
(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	31/12/2023	31/12/2022
Arrecadação com títulos de capitalização	738.601	558.164
Varição da provisão para resgate	(578.470)	(427.233)
Receitas líquidas com títulos de capitalização	Nota 18.1 160.131	130.931
Variações das provisões técnicas	(3.610)	(7.403)
Resultado com sorteio	Nota 18.2 (19.313)	(17.974)
Custo de aquisição	Nota 18.3 (30.766)	(28.235)
Outras receitas e despesas operacionais	Nota 18.4 19.332	14.597
RESULTADO COM OPERAÇÕES DE CAPITALIZAÇÃO	125.774	91.916
Despesas administrativas	Nota 18.5 (78.666)	(56.674)
Despesas com tributos	Nota 18.6 (8.980)	(6.986)
Resultado financeiro	Nota 18.7 43.351	42.725
RESULTADO OPERACIONAL	81.479	70.981
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES	81.479	70.981
Imposto de renda	Nota 19 (19.709)	(17.319)
Contribuição social	Nota 19 (12.384)	(11.137)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	49.386	42.525
Quantidade de ações	90.000.000	90.000.000
Lucro líquido do exercício por Ação - R\$	0,54	0,47

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro 2023 e de 2022
(Em milhares de reais)

	Reservas de lucros			Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros/prejuízos acumulados	Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva estatutária			
Saldos em 31 de dezembro de 2021	90.000	-	-	(4.834)	(633)	84.533
Ajustes com títulos e valores mobiliários	-	-	-	(6.710)	-	(6.710)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	42.525	42.525
Destinação do lucro líquido:						
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(19.899)	(19.899)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	10.101	(10.101)	-
Reserva legal	-	2.094	-	-	(2.094)	-
Reserva estatutária	-	-	9.798	-	(9.798)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	90.000	2.094	9.798	10.101	(11.544)	100.449
Ajustes com títulos e valores mobiliários - próprios	-	-	-	8.381	-	8.381
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	49.386	49.386
Destinação do lucro líquido:						
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(23.458)	(23.458)
Dividendo declarados e pagos - AGOE de 31/03/2023	-	-	-	(10.101)	-	(10.101)
Dividendo declarados e pagos - AGE 31/08/2023	-	-	(9.798)	-	(1.744)	(11.542)
Constituição reserva legal	-	2.470	-	-	(2.470)	-
Constituição reserva estatutária	-	-	21.714	-	(21.714)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	90.000	4.564	21.714	(3.163)	-	113.115

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A **Rio Grande Capitalização S.A.** (Companhia) é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na Rua Siqueira Campos nº 1163, 6º andar, Centro, na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, e está autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), através da portaria SUSEP nº 6.997 de 19 de setembro de 2017, a operar em todas as Unidades da Federação e tem por objeto operar com planos de capitalização, podendo ainda participar como sócia ou acionista de outras sociedades.

Em 01 de outubro de 2023, a Icatu Consultoria de Investimentos S.A., controladora da Companhia, foi incorporada pela Icatu Serviços de Administração Previdenciária e Consultoria S.A.

A Companhia tem como única acionista a Banrisul Icatu Participações S.A., que por sua vez tem como acionistas o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Banrisul) e a controladora Icatu Serviços de Administração Previdenciária e Consultoria S.A.

A Companhia faz parte do Grupo Icatu, onde as empresas atuam de forma integrada e com o objetivo de obterem o maior nível de sinergia possível, sendo que os custos das estruturas operacional e administrativa comuns são absorvidos seguindo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

2. Base de preparação e divulgação

As demonstrações financeiras (Demonstrações) foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP. Essas práticas contábeis estão contidas no conjunto de normas emitidas pela SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), onde se destacam a Resolução CNSP nº 432 de 12 de novembro de 2021 e a Circular SUSEP nº 648 de 12 de novembro de 2021 e suas alterações posteriores, sendo esta última a que aprova a adoção dos pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), na íntegra ou com especificidades, para essas companhias.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas Demonstrações evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos apresentados. As Demonstrações foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 26 de fevereiro de 2024.

2.1. Base de mensuração

As Demonstrações foram preparadas com base no custo histórico, exceto quanto aos seguintes itens, reconhecidos à valor justo:

- Caixa e equivalente de caixa (notas 3.3 e 5).
- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado (notas 3.4.1 e 5).
- Instrumentos financeiros disponíveis para venda (notas 3.4.2 e 5).
- Instrumentos financeiros derivativos (nota 5)
- Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP (notas 3.9 e 10).

2.2. Moeda funcional e de apresentação

As atividades da Companhia são desenvolvidas em um ambiente que adota o real (R\$) como moeda funcional e de apresentação e, portanto, essas Demonstrações são expressas nessa mesma moeda, arredondados em milhares (R\$000), exceto quando indicado de outra forma.

3. Resumo das principais políticas contábeis materiais

A Companhia adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações no CPC 26/IAS 1) a partir de 1º de janeiro de 2023. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro 2023 e de 2022
(Em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	49.386	42.525
Ativos financeiros disponíveis para venda	8.381	(6.710)
Ajuste a valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	13.967	(11.183)
Efeito dos tributos - IRPJ e CSLL	(5.586)	4.473
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	57.767	35.815

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro 2023 e de 2022
(Em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	49.386	42.525
Ajustes para:		
Varição das provisões técnicas - capitalização	656.163	505.027
Varição de impostos sobre o lucro	30.963	25.644
Varição nas contas patrimoniais		
Ativos financeiros	(91.230)	(127.904)
Créditos das operações de capitalização	(19)	(17)
Créditos fiscais e previdenciários	2.324	4.128
Ativo fiscal diferido	(27)	-
Depósitos judiciais e fiscais	(85)	(377)
Despesas antecipadas	179	(179)
Outros ativos	(1.092)	5.066
Outras contas a pagar	3.666	305
Débitos de operações com capitalização	(353)	1.674
Depósitos de terceiros	129	8
Provisões técnicas - capitalização	(554.782)	(446.005)
Outros passivos	(3)	(3)
Caixa gerado pelas operações	95.219	9.892
Imposto sobre o lucro pagos	(33.645)	(21.292)
Caixa líquido gerado/ (consumido) nas atividades operacionais	61.574	(11.400)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		



RIO GRANDE CAPITALIZAÇÃO S.A.

CNPJ: 29.985.998/0001-02

Rua Siqueira Campos, 1.163 - 6º andar / Cep: 90010-001

4.1.1.4. Risco operacional

Risco operacional é resultante de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, decorrentes de fraudes ou eventos externos, incluindo o risco legal, de compliance e cibernéticos e excluindo os riscos decorrentes de decisões estratégicas e inerentes a reputação da instituição.

A gestão desses riscos integra a gestão de riscos corporativos do Grupo Icatu e tem foco na identificação, avaliação e resposta aos riscos que possam comprometer o alcance dos objetivos dos processos. O processo de identificação dos riscos operacionais é realizado através da análise dos processos organizacionais e seus objetivos. Os riscos identificados são quantificados através de graduação de frequência específica gerando planos de ação caso necessário, sendo que a graduação de impacto é idêntica a utilizada para os demais riscos.

A metodologia utilizada objetiva mensurar a exposição dos riscos operacionais antes da ação dos controles (risco inerente) e após a ação dos controles (risco residual).

As informações e registros dos riscos identificados, seus controles e os respectivos planos de ação de resposta são controlados e gerenciados pela área gestão de riscos operacionais e controles internos. O gestor de riscos reporta estes resultados a diretoria e ao conselho de administração, se necessário.

A gestão de riscos operacionais também conta com a manutenção de um banco de dados com os registros dos eventos que se materializaram ou podem vir a ensejar perdas operacionais. Este banco de dados permite um acompanhamento dos registros das perdas ocorridas nas companhias elegíveis do Grupo Icatu e a identificação das causas e controles que possam mitigar a existência de novas ocorrências similares.

Na esfera de risco legal, a avaliação é realizada de forma contínua pela área jurídica do Grupo Icatu, realizando análises de contratos corporativos, avaliando demandas internas e participando da formação de novos produtos a serem lançados, além de fornecer todo o subsídio para os processos judiciais do Grupo Icatu.

Para os riscos de Compliance, os quais decorrem do não cumprimento das leis e/ou regulamentações, o Grupo Icatu possui uma estrutura de Compliance, responsável por estabelecer mecanismos de controle para garantir que os mais diversos processos estejam sendo realizados de acordo com todos os requisitos legais e em sintonia com

os princípios éticos.

Os riscos de fraude fazem parte do ciclo de gestão de riscos coordenados pelas áreas que compõem a segunda linha. As exposições são mapeadas em conjunto com as unidades de negócios, são avaliadas e tratadas conforme níveis de criticidade apontados.

4.1.1.5. Risco de subscrição

O risco de subscrição é a possibilidade de ocorrência de perdas que contrariem as expectativas da Companhia, em relação aos processos que envolvem a tomada de decisão seletiva de riscos aceitáveis, determinação dos prêmios cobrados, os termos do contrato e o monitoramento das decisões tomadas.

A área de subscrição de riscos da Companhia tem por objetivo dar suporte na venda de novos títulos, mantendo os riscos bem administrados pela Companhia, influenciando assim sua solvência e proporcionando lucro aos acionistas.

Os títulos de capitalização têm prazo de vigência de médio e longo prazos. Por isso são utilizadas algumas premissas baseadas nas experiências de persistência da nossa carteira e atuariais para realizar a gestão dos riscos envolvidos.

Os riscos podem ser listados em:

- Risco de sorteio: implica na possibilidade da Companhia pagar prêmios de títulos sorteados nos produtos comercializados com séries abertas;
- Risco de persistência: implica na estimativa da quantidade de parcelas que são pagas pelo cliente durante a vigência do título;
- Risco da garantia de rentabilidade: implica no cumprimento das obrigações da Companhia em relação a garantia de rentabilidade prevista em contrato;
- Risco das despesas administrativas: implica na possibilidade da Companhia ter mais despesas do que receitas, oriundas das quotas de carregamento.

A Companhia monitora e avalia os riscos por meio de políticas de subscrição e alçadas e adequação das provisões técnicas. O risco de sorteio é monitorado pelo acompanhamento do histograma de risco das séries abertas comercializadas.

A exposição do risco de subscrição é reduzida por meio da análise e acompanhamento da distribuição dos números da sorte com o objetivo de evitar sua concentração. Em 31 de dezembro de 2023, a arrecadação com títulos de capitalização atingiu um total de R\$ 738.601 (R\$ 558.164 em 31 de dezembro de 2022), distribuída em grande

maioria na região Sul no montante de R\$ 731.580 representando 99% nesta data (R\$ 552.070 que representava 91% em em 31 de dezembro de 2022) e nas demais regiões no montante de R\$ 7.021 representando 1% (R\$ 6.094 representando 1% em em 31 de dezembro de 2022).

4.1.1.6. Gestão de capital

A gestão de capital é um processo contínuo que visa garantir que o Grupo Icatu mantenha uma base de capital sólida e assim venha fazer frente aos riscos relevantes que possam afetar significativamente o seu negócio. Para tanto esse processo é estabelecido em um planejamento atrelado aos objetivos estratégicos do Grupo Icatu e mantido com base em cenários de normalidade e estresse. A suficiência de capital é avaliada e mantida conforme os critérios emitidos pelo CNSP e SUSEP.

4.1.1.7. Riscos estratégicos

Os Riscos estratégicos fazem parte do ciclo de gestão de riscos coordenados pelas áreas que compõem a segunda linha. As exposições são mapeadas em conjunto com as unidades de negócios, são avaliadas e tratadas conforme níveis de criticidade apontados.

5. Aplicações financeiras

5.1. Classificação por vencimento

As quotas de fundos de investimentos estão precificadas conforme valores publicamente divulgados pelas instituições financeiras, administradoras dos respectivos fundos.

A composição da carteira de ativos financeiros mantidos pela Companhia contempla os ativos financeiros classificados como equivalentes de caixa, que são aqueles que lastream os fundos exclusivos e que possuem vencimento de até 90 dias, e com insignificante risco de mudança de valor. Em 31 de dezembro de 2023, esse montante era de R\$ 2.161 (R\$ 5.788 em 31 de dezembro de 2022).

Em 31 de dezembro de 2023, o valor mensurado pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos dos títulos classificados como disponíveis para venda é de R\$ 537.605 (R\$ 112.468 em 31 de dezembro de 2022). Dessa forma, 31 de dezembro de 2023, os ajustes de avaliação patrimonial montam perdas brutas de tributos de R\$ 5.273 e líquidas, de R\$ 3.163 (ganhos brutos de tributos de R\$ 19.240 e líquidos de R\$ 11.544 em 31 de dezembro de 2022), apresentado no item seguinte:

31/12/2023										
	Taxas contratadas	Sem vencimento	Até 12 meses	de 13 a 60 meses	Acima de 60 meses	Valor contábil	Valor de mercado	Percentual contábil	Percentual de mercado	
I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:										
Letras financeiras do tesouro		SELIC	–	39.427	412.381	–	451.808	451.808	35,42%	35,42%
Nota do Tesouro Nacional – LTN (IPCA)		IPCA + 2,91%	–	–	36.593	–	36.593	36.593	2,87%	2,87%
Operações compromissadas			–	20.433	–	–	20.433	20.433	1,60%	1,60%
Outras aplicações			10	(53)	–	–	(43)	(43)	0,00%	0,00%
Total			10	59.807	448.974	–	508.791	508.791	39,89%	39,89%
I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado – equivalente de caixa:										
Operações compromissadas			–	2.161	–	–	2.161	2.161	0,17%	0,17%
Total			–	2.161	–	–	2.161	2.161	0,17%	0,17%
II. Títulos disponíveis para venda:										
Notas do tesouro nacional – pré		6,70%	–	–	79.514	–	79.514	79.514	6,23%	6,23%
Nota do tesouro nacional – IPCA		IPCA + 5,26%	–	–	427.857	24.961	452.818	452.818	35,50%	35,50%
Total			–	–	507.371	24.961	532.332	532.332	41,73%	41,73%
III. Mantido até o vencimento:										
Notas do tesouro nacional – pré		6,63%	–	–	232.335	–	232.335	215.428	18,21%	18,21%
Total			–	–	232.335	–	232.335	215.428	18,21%	18,21%
Total das aplicações financeiras			10	61.968	1.188.680	24.961	1.275.619	1.258.712	100%	100%
Circulante			10	61.968	448.974	24.961	510.952	510.952	40,06%	40,59%
Não circulante			–	–	–	–	764.667	747.760	59,94%	59,41%

31/12/2022										
	Taxas contratadas	Sem vencimento	Até 12 meses	de 13 a 60 meses	Acima de 60 meses	Valor contábil	Valor de mercado	Percentual contábil	Percentual de mercado	
I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:										
Letras financeiras do tesouro		SELIC	–	117.389	623.140	12.508	753.037	753.037	64,14%	66,33%
Nota do Tesouro Nacional – NTN (IPCA)		IPCA + 2,90%	–	403	812	33.652	34.867	34.867	2,97%	3,07%
Operações compromissadas			–	49.991	–	–	49.991	49.991	4,26%	4,40%
Outras aplicações			10	(508)	–	–	(498)	(498)	(0,04)%	(0,04)%
Total			10	167.275	623.952	46.160	837.397	837.397	71,33%	73,76%
I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado – Equivalente de caixa:										
Operações compromissadas			–	5.788	–	–	5.788	5.788	0,49%	0,51%
Total			–	5.788	–	–	5.788	5.788	0,49%	0,51%
II. Títulos disponíveis para venda:										
Notas do tesouro nacional – pré		6,77%	–	–	73.383	19.845	93.228	93.228	7,94%	8,21%
Total			–	–	73.383	19.845	93.228	93.228	7,94%	8,21%
III. Mantido até o vencimento:										
Notas do tesouro nacional – pré		6,62%	–	–	237.636	–	237.636	198.816	20,24%	17,52%
Total			–	–	237.636	–	237.636	198.816	20,24%	17,52%
Total das aplicações financeiras			10	173.063	934.971	66.005	1.174.049	1.135.229	100%	100%
Circulante			–	–	–	–	843.185	843.185	–	–
Não circulante			–	–	–	–	330.864	292.044	–	–

5.2. Movimentação dos instrumentos financeiros por categorias

	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Mantido até o vencimento	Total
Saldo final em 01 de janeiro de 2022	396.977	244.457	427.470	1.068.904
(+) Aplicações	825.834	146.620	–	972.454
(-) Resgates	(440.573)	(317.846)	(209.841)	(968.260)
(+) Rendimentos	60.947	31.180	20.007	112.134
(+/-) Ajuste ao valor justo	–	(11.183)	–	(11.183)
Saldo final em 31 de dezembro de 2022	843.185	93.228	237.636	1.174.049
(+) Aplicações	855.067	87.1820	–	1.726.887
(-) Resgates	(1.276.181)	(462.987)	(19.963)	(1.759.131)
(+) Rendimentos	88.881	16.304	14.662	119.847
(+/-) Ajuste ao valor justo	–	13.967	–	13.967
Saldo final em 31 de dezembro de 2023	510.952	532.332	232.335	1.275.619

5.3. Critérios adotados na determinação do valor justo

Os ativos mantidos em carteira administrada própria ou nos fundos de investimento exclusivos são avaliados ao valor justo, utilizando-se preços negociados em mercados ativos de referência divulgados pela ANBIMA e pela B3, exceto para os títulos classificados como mantidos até o vencimento, que são atualizados pelos indexadores e taxas pactuadas por ocasião de suas aquisições. Os ativos foram classificados por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, sendo:

- Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2:** inputs de mercado, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 - que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3:** premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Na sequência, a composição das aplicações financeiras classificadas por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, incluindo a carteira dos fundos exclusivos:

	31/12/2023		
	Nível 01	Nível 02	Total
I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:			
Letras financeiras do tesouro	451.808	–	451.808
Notas do Tesouro Nacional - NTN	36.593	–	36.593
Operações compromissadas	22.594	–	22.594
Outras aplicações	–	(43)	(43)
II. Títulos disponíveis para venda:	532.332	–	532.332
Notas do Tesouro Nacional - NTN	532.332	–	532.332
III. Mantido até o vencimento:			
Notas do Tesouro Nacional - NTN	232.335	–	232.335
Total (I + II + III)	1.275.662	(43)	1.275.619

	31/12/2022		
	Nível 01	Nível 02	Total
I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:			
Letras financeiras do tesouro	753.037	–	753.037
Notas do Tesouro Nacional - NTN	34.867	–	34.867
Operações compromissadas	55.780	–	55.780
Outras aplicações	–	(499)	(499)
II. Títulos disponíveis para venda:	93.228	–	93.228
Notas do Tesouro Nacional - NTN	93.228	–	93.228
Letras financeiras do tesouro	–	–	–
III. Mantido até o vencimento:			
Notas do Tesouro Nacional - NTN	237.636	–	237.636
Total (I + II + III)	1.174.548	(499)	1.174.049

5.4. Instrumentos financeiros derivativos

Todas as operações relacionadas a esses instrumentos são realizadas através de fundos de investimentos exclusivos e têm por objetivo a síntese de posição do mercado à vista ou para proteção da carteira.

O critério para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é a metodologia de fluxo de caixa descontado, utilizando-se as taxas divulgadas pela B3. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía os seguintes instrumentos financeiros derivativos em fundos exclusivos, negociados na B3 e SWAP contratados em mercado de balcão organizado:

31/12/2023						
Futuro	Posição	Vencimento	Indexador de referência	Quantidade	Total	Objetivo
DI1	Vendido	04/01/2027	CDI	1.410	106.792	Hedge taxa pré-fixada
Exposição (notional)						
Total 106.792						
31/12/2022						
Futuro	Posição	Vencimento	Indexador de referência	Quantidade	Total	Objetivo
DI1	Vendido	01/01/2027	CDI	1.790	111.369	Hedge taxa pré-fixada
Exposição (notional)						
Total 111.369						

	Ativo - não circulante	01/01/2022	Constituição	Realização/reversão	31/12/2022	Constituição	Realização/reversão	31/12/2023
Imposto de renda diferido		3.964	37.108	(35.966)	5.106	86.195	(89.670)	1.631
Ativo - diferenças temporárias		279	157	(139)	297	96	(80)	313
Passivo - ajuste de TVM		2.014	36.951	(34.156)	4.809	86.099	(89.590)	1.318
Prejuízos fiscais		1.671	–	(1.671)	–	–	–	–
Contribuição social diferida		2.379	22.265	(21.580)	3.064	53.406	(55.491)	979
Ativo - diferenças temporárias		167	95	(84)	178	58	(48)	188
Passivo - Ajuste de TVM		1.209	22.170	(20.493)	2.886	53.348	(55.443)	791
Base negativa		1.003	–	(1.003)	–	–	–	–
Total		6.343	59.373	(57.546)	8.170	139.601	(145.161)	2.610

Com o fim da vigência da Medida Provisória (MP) nº 1.115, que altera a Lei nº 7.689 de 1988, passa a vigorar a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL de 16% para 15%, com produção de efeitos a partir de 01 de janeiro de 2023.

7.3. Créditos tributários diferidos

Os créditos tributários diferidos da Companhia estão classificados no ativo não circulante, sendo originados de prejuízo fiscal, base negativa e adições temporárias, compostos em sua maioria, de provisões judiciais fiscais, redução ao valor recuperável, atualização de depósitos judiciais e provisão para participações nos lucros e resultados (PLR). Os débitos tributários diferidos estão classificados no ativo não circulante.

Conforme Circular SUSEP nº 648 de 12 de novembro de 2021, a Companhia realizou estudo aprovado pela Administração indicando a apuração de lucros tributáveis nos próximos dez anos para os créditos tributários diferidos, decorrentes de diferenças temporárias. De acordo com projeção de resultados, a Companhia tem expectativa da realização dos créditos tributários diferidos decorrentes de diferenças temporárias para os próximos dez anos.

Diferenças Temporárias - 2023 a 2033			
2023*	26	–	–
2024	30	6%	–
2025	35	7%	–
2026	40	8%	–
2026	40	8%	–
2028 a 2033	356	71%	–
Total	501	100%	–

*2023 não compõe o total das diferenças temporárias.

6. Outros créditos operacionais

Registra os pagamentos das obrigações operacionais ainda não reportados pelas instituições financeiras.

Em 31 de dezembro de 2023, o montante dessa rubrica era de R\$ 1.702 (R\$ 6



RIO GRANDE CAPITALIZAÇÃO S.A.

CNPJ: 29.985.998/0001-02

Rua Siqueira Campos, 1.163 - 6º andar / Cep: 90010-001

8.1. Impostos e contribuições

Os impostos e contribuições são compostos da seguinte forma:

Passivo circulante	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de renda	446	2.101
Contribuição social	789	1.681
COFINS	584	701
PIS	95	114
Total	1.914	4.597

9. Débito das operações de capitalização

Registra as obrigações operacionais com vencimentos dentro de doze meses seguintes à data das Demonstrações. Em 31 de dezembro de 2023, as obrigações são compostas por pró-labore e comissões no valor de R\$ 2.147 (R\$ 2.500 em 31 de dezembro de 2022).

10. Depósito de terceiros

Os depósitos de terceiros são valores arrecadados pelos bancos e reportados para a Companhia, cujos títulos encontram-se em processo de emissão ou as parcelas dos títulos recebidos encontram-se ainda em processo de regularização ou identificação. O processo de regularização é aplicável às faturas recebidas com valores ou dados divergentes.

Passivo circulante	31/12/2023	31/12/2022
De 1 a 30 dias	-	13
De 121 a 180 dias	11	-
De 181 até 365 dias	162	7
Superior a 365 dias	-	24
Total	173	44

11. Provisões técnicas - capitalização

As provisões técnicas de capitalização estão classificadas no passivo circulante, quando são esperadas as respectivas exigibilidades dentro de doze meses seguintes à data das Demonstrações e são compostas da seguinte forma:

	Saldos em 31/12/2022	Consti-tuições	Amorti-zações	Atualizaçã Monetária	Saldos em 31/12/2023
Provisão matemática para capitalização	888.286	576.140	(544.238)	72.401	992.589
Provisão para resgate de títulos antecipados	56.507	272.353	(266.693)	1.063	63.230
Provisão para resgate de títulos vencidos	36.017	287.677	(292.333)	715	32.076
Provisão para resgates	980.810	1.136.170	(1.103.264)	74.179	1.087.895
Provisão para sorteios a realizar	8.272	21.239	(21.758)	(403)	7.350
Provisão de sorteios a pagar	4.664	19.832	(18.740)	90	5.846
Provisão para sorteios	12.936	41.071	(40.498)	(313)	13.196
Provisão para distribuição de bônus	58.442	13.017	(21.906)	2.810	52.363
Provisão para despesas administrativas	34	127	(12)	-	149
Outras provisões	58.476	13.144	(21.918)	2.810	52.512
Total	1.052.222	1.190.385	(1.165.680)	76.676	1.153.603

	Saldos em 31/12/2021	Consti-tuições	Amortiza-ções	Atualizaçã Monetária	Saldos em 31/12/2022
Provisão matemática para capitalização	822.043	427.418	(426.137)	64.962	888.286
Provisão para resgate de títulos antecipados	54.602	230.378	(229.383)	910	56.507
Provisão para resgate de títulos vencidos	44.421	203.081	(212.180)	695	36.017
Provisão para resgates	921.067	860.877	(867.700)	66.567	980.810
Provisão para sorteios a realizar	10.896	20.828	(23.092)	(360)	8.272
Provisão de sorteios a pagar	5.314	20.235	(20.964)	79	4.664
Provisão para sorteios	16.210	41.063	(44.056)	(281)	12.936
Provisão para distribuição de bônus	55.924	16.617	(17.295)	3.196	58.442
Provisão para despesas administrativas	-	34	-	-	34
Outras provisões	55.924	16.651	(17.295)	3.196	58.476
Total	993.201	918.591	(929.051)	69.482	1.052.222

11.1. Análise de sensibilidade - capitalização

As análises de sensibilidade consideraram os seguintes fatores: riscos de subscrição e taxa de juros e não impactaram significativamente o resultado e o patrimônio líquido. As premissas consideradas no teste foram:

(i) Para os riscos de subscrição, um teste de aumento e redução dos valores sorteados em 14%, definido com base na experiência da Companhia.

(ii) Para a taxa de juros, um teste de aumento e redução de 1% na curva de juros (estrutura a termo das taxas de juros - ETTJ). Este teste apresentou impacto nulo.

Variável	Coberturas de risco: Efeito bruto no resultado e no patrimônio líquido		
	Premissas		
	31/12/2023	31/12/2022	
Resultado Sorteio	Aumento de 14% nos valores sorteados	(2.776)	(2.833)
Resultado Sorteio	Redução de 14% nos valores sorteados	2.776	2.833

12. Garantia das provisões técnicas

Os ativos garantidores das provisões técnicas são compostos por:

	31/12/2023	31/12/2022
Provisões técnicas - capitalização:		
Total a ser coberto	1.153.603	1.052.222
Ativos vinculados à cobertura de reservas		
Quotas de fundos de investimento - exclusivos	1.256.551	1.129.441
Total dos ativos vinculados	1.256.551	1.129.441
Equivalente de caixa	2.161	5.788
Total de aplicações	1.258.712	1.135.229
Excesso de ativos vinculados à cobertura de reserva	105.109	83.007

13. Provisões judiciais, obrigações fiscais e depósitos judiciais

13.1. Provisões judiciais

O valor total em discussão dos processos judiciais é composto pelas demandas cíveis e fiscais. As provisões judiciais estão classificadas no passivo não circulante, conforme demonstrado a seguir:

Probabilidade de perda	Causas Cíveis					
	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado
		31/12/2023	31/12/2022			
Provável	3	24	24	3	27	27
Possível	5	50	-	4	67	-
Total	6	74	24	7	94	27

A seguir, a movimentação da provisão para contingências relativas aos processos judiciais:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial:	27	30
Adições	67	2
Atualização monetária	4	20
Baixa	(56)	(18)
Ajuste	(18)	(7)
Saldo final:	24	27

13.2. Outras contas a pagar - obrigações fiscais

No grupo "Outras contas a pagar" são registradas as obrigações fiscais referentes ao valor total em discussão dos processos judiciais, composto pelas causas cíveis, trabalhistas e pelas discussões em que se questionam PIS e COFINS sobre as receitas financeiras, onde a Companhia depositou judicialmente e provisionou os montantes até março de 2022 e depois dessa data, passou a pagar.

	Saldo em 01/01/2023	Adições	Atualização Monetária	Pagamentos/ Baixas	Saldo em 31/12/2023
COFINS	778	-	87	-	865
PIS	127	-	14	-	141
Total - Obrigações fiscais	905	-	101	-	1.006

	Saldo em 01/01/2022	Adições	Atualização Monetária	Saldo em 31/12/2022
COFINS	778	196	75	778
PIS	127	33	12	127
Total - obrigações fiscais	905	229	87	905

Apresentamos, a seguir, um resumo dos principais questionamentos oriundos de obrigações fiscais:

Tese	PIS		COFINS		TOTAL	
	Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial	Provisão
Alargamento da base (a)	141	141	865	865	1.006	1.006
Saldo total 31/12/2023	141	141	865	865	1.006	1.006

Tese	PIS		COFINS		Total	
	Depósito judicial	Provisão	Depósito judicial	Provisão	Depósito judicial	Provisão
Alargamento da base (a)	128	127	786	778	914	905
Saldo total 31/12/2022	128	127	786	778	914	905

(a) Lei 12.973/14 - Prescrição - MS 5001912-23.20214.03.6100 - Pasta 19695-4 - período: a partir de julho de 2018. Sentença desfavorável, aguardando julgamento da apelação; e
Lei 12.973/14 - Ativo Livre - 5013983-57.20214.03.6100 - Pasta 19798-8 - período: a partir de julho de 2018. Sentença desfavorável, aguardando julgamento da apelação.

13.3. Depósitos judiciais e fiscais

Estão classificados no ativo não circulante e o saldo em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 1.006, compostos por depósitos fiscais e atualização monetária (R\$ 921, compostos por depósitos cíveis R\$ 7 e depósitos fiscais R\$ 914 em 31 de dezembro de 2022).

	31/12/2023	31/12/2022
Cíveis	-	7
Fiscais	1.006	914
Total Depósitos Judiciais	1.006	921

Segue abaixo, a movimentação das adições e atualização monetária dos depósitos fiscais:

	Depósitos fiscais 31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	914	544
Adições	-	278
Atualização monetária	92	92
Saldo final	1.006	914

14. Patrimônio líquido

14.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, o capital subscrito e integralizado de R\$ 90.000 é representado integralmente por 90.000.000 ações ordinárias.

14.2. Reservas de Lucros

As Reservas de lucros de R\$ 26.278 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 21.993 em 31 de dezembro de 2022), são compostas por:

14.2.1. Reserva legal

Em 31 de dezembro de 2023, a reserva legal é de R\$ 4.564 (R\$ 2.095 em 31 de dezembro de 2022), que é constituída com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício até que o seu valor atinja 20% do capital social em conformidade com o art. 193 da Lei 6.404/76.

14.2.2. Reserva estatutária

Em 31 de dezembro de 2023, as reservas estatutárias são de R\$ 21.714 (R\$ 9.798 em 31 de dezembro de 2022) que é constituída ao final do exercício social por até 100% do lucro líquido do exercício, após as deduções legais.

14.2.3. Dividendos adicionais propostos

14.2.3.1. Dividendos mínimos obrigatórios

A Companhia tem a política formal de distribuição de dividendos mínimos de 50% do lucro líquido do ano, conforme consta em seu Estatuto Social.

Em 31 de dezembro de 2023 não havia, mas em 31 de dezembro de 2022 era de R\$10.101.

A destinação dos resultados está apresentada a seguir, conforme o ano indicado:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do ano	49.386	42.525
Compensação de prejuízos acumulados	-	(633)
Lucro líquido do ano após compensações	49.386	41.892
Constituição da reserva legal	(2.470)	(2.094)
Base para a distribuição de dividendos	46.917	39.798
Cálculo do dividendo mínimo obrigatório	23.458	19.899
Total Destinação do lucro líquido	49.386	41.892
Constituição de reserva legal	2.470	2.094
Constituição de reserva estatutária	21.714	9.798
Pagamento dividendos antecipados do lucro do exercício	1.744	-
Constituição de dividendo mínimo obrigatório	23.458	19.899
Dividendos em excesso ao mínimo obrigatório	-	10.101
Dividendos intermediários pagos:	35.000	-
A contar para o mínimo obrigatório	35.000	-
Oriundos do lucro do exercício	25.202	-
Com baixa de reserva de lucros	9.798	-

14.4. Ajuste de avaliação patrimonial

Nessa rubrica registram-se os ganhos e perdas não realizados dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponíveis para venda, relativos aos títulos próprios, de coligadas e de controladas, líquidos dos correspondentes efeitos tributários que são registrados no ativo não circulante, na rubrica de créditos tributários. O saldo em 31 de dezembro de 2023 era de uma perda de R\$ 3.163 (Perda de R\$ 11.544 em 31 de dezembro de 2022), líquidos dos tributos.

14.5. Patrimônio líquido ajustado - PLA e exigência de capital

Em atendimento à Resolução CNSP nº 432/2021 e suas alterações posteriores, as sociedades supervisionadas deverão apresentar PLA igual ou superior ao Capital Mínimo Requerido (CMR), equivalente ao maior valor entre o Capital Base (CB) e o Capital de Risco (CR) respeitado os níveis de qualidade estabelecidos para cobertura do CMR conforme abaixo demonstrado:

a) no mínimo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 1; b) no máximo 15% (quinze por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 3; e c) no máximo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos pela soma do PLA de nível 2 e do PLA de nível 3.

	31/12/2023	31/12/2022
Patrimônio líquido	113.115	100.449
Ajustes contábeis	(56)	(5.244)
Despesas antecipadas	-	(179)
Créditos tributários de diferenças temporárias que excederem 15% do CMR	-	(5.042)
Ativo intangíveis	(56)	(23)
Ajustes associados à variação dos valores econômicos:	(7.803)	(13.111)
Ativos financeiros na categoria mantidos até o vencimento	(9.883)	(23.190)
Superávit de fluxos não registrados para as sociedades de capitalização	-	8.332
Superávit entre prov. exatas const. e fluxo real. soc. de capitalização	2.080	1.747
Subtotal PLA - nível	105.256	82.095
PLA nível I	100.566	68.886
PLA nível II	2.080	10.080
PLA nível III	2.610	3.129
Ajuste do excesso de PLA de nível 2 e PLA de nível 3	-	(2.779)
Limitador 50% CMR - PLA nível II e III	-	(2.779)
Patrimônio Líquido Ajustado (PLA)	105.256	79.316
Capital Base (CB) (a)	10.800	10.800
Capital de risco de crédito	829	1.240
Capital de risco de subscrição	5.469	4.483
Capital de risco - mercado	20.472	17.048
Capital de risco - redução por correlação	(3.995)	(3.624)
Capital de risco - operacional	2.469	1.711
Capital de Risco (CR) (b)	25.244	20.858
Capital Mínimo Requerido - CMR maior entre (a) e (b)	25.244	20.858
Patrimônio líquido ajustado	105.256	79.316
(-) Exigência de capital - EC	(25.244)	(20.858)
Suficiência de capital - R\$	80.012	58.457
Suficiência de capital (% da EC)	417%	380%

15. Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos referentes às operações com partes relacionadas, bem como as transações que influenciaram o resultado, referem-se a transações da Companhia com suas controladas diretas e indiretas, empresas ligadas e profissionais-chave da administração.

Partes relacionadas	Passivo		Receitas		Despesas	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022



RIO GRANDE CAPITALIZAÇÃO S.A.

CNPJ: 29.985.998/0001-02

Rua Siqueira Campos, 1.163 - 6º andar / Cep: 90010-001

18.5. Despesas administrativas

	31/12/2023	31/12/2022
Serviços de terceiros (a)	(76.800)	(55.846)
Localização e funcionamento	(32)	(127)
Doativos e contribuições	(1.151)	(603)
Publicidade e propaganda	(273)	(95)
Despesas administrativas diversas	(410)	(3)
Total	(78.666)	(56.674)

(a) Há R\$ 76.478 em 2023 (R\$ 55.568 em 2022), referente à prestação de serviços da Icatu Assessoria S.A. para a Companhia, conforme indicado na nota de partes relacionadas (nota 15).

18.6. Despesas com tributos

	31/12/2023	31/12/2022
COFINS	(7.059)	(5.394)
PIS	(1.147)	(876)
Taxa de fiscalização	(774)	(716)
Total	(8.980)	(6.986)

18.7. Resultado financeiro

	31/12/2023	31/12/2022
Categoria - Disponível para venda	16.304	31.180
Quotas de fundos de investimento - exclusivos	16.304	31.180
Categoria - Mantido até o vencimento	14.662	20.007
Quotas de fundos de investimento - exclusivos	14.662	20.007
Categoria - Valor justo por meio do resultado	88.892	62.565
Quotas de fundos de investimento - exclusivos	88.892	62.565
Outras receitas financeiras	483	324
Total - Receitas financeiras	120.341	114.076

Categoria - Valor justo por meio do resultado	(11)	(1.616)
Quotas de fundos de investimento - exclusivos	(11)	(1.616)
Atualização monetária sobre provisões técnicas - capitalização	(76.676)	(69.482)
Outras despesas financeiras	(303)	(253)
Total - Despesas financeiras	(76.990)	(71.351)
Total	43.351	42.725

19. Conciliação do imposto de renda e da contribuição social

O Imposto de Renda sobre Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, estão reconciliados com os valores contabilizados como despesas, como segue:

	31/12/2023	31/12/2022		31/12/2023	31/12/2022
	IRPJ	CSLL		IRPJ	CSLL
Resultado antes dos tributos	81.479	81.479		70.981	70.981
ADIÇÕES	2.645	2.645		840	840
Contingências trabalhistas, cíveis e fiscais	24	24		-	-
Outras provisões	423	423		-	-
Tributos e contribuições com exigibilidade suspensa	1.006	1.006		316	316
Tributos e Contribuições em Quest. Judicial	108	108		-	-
Multas Indedutíveis	24	24		-	-
Doações e Patrocínios Indedutíveis	1.060	1.060		524	524
EXCLUSÕES	(1.494)	(1.494)		(282)	(282)
Outras provisões	(362)	(362)		(36)	(36)
Tributos e contribuições com exigibilidade suspensa	(905)	(905)		-	-
Tributos e contribuições em questionamento judicial	(200)	(200)		(93)	(93)
Contingências trabalhistas, cíveis e fiscais	(27)	(27)		(2)	(2)
Provisão de títulos a pagar - prescrição	-	-		(151)	(151)
Resultado ajustado	82.630	82.630		71.539	71.539
Compensação prejuízo fiscal / base negativa	-	-		(6.684)	(6.684)
Lucro após as compensações	82.630	82.630		64.855	64.855
Alíquotas oficiais	15%+10%	15%+10%		15%+10%	15%+10%
Despesas com IRPJ/CSLL	(19.726)	(12.394)		(16.189)	(10.145)
Incentivos fiscais	-	-		524	-
Reversão da provisão de créditos tributários	17	10		(1.654)	(992)
Despesas com IRPJ/CSLL	(19.709)	(12.384)		(17.319)	(11.137)
Alíquota efetiva - resultado antes dos tributos	24%	15%		24%	16%

Com o fim da vigência da MP nº 1.115, a alíquota da CSLL passará de 16% para 15% a partir de 1º de janeiro de 2023.

20. Comitê de auditoria

Em atendimento à Resolução CNSP nº 432 de 12 de novembro de 2021, a Companhia aderiu ao comitê de auditoria único instituído pelo Grupo Icatu, por intermédio da instituição líder Icatu Seguros S.A. O resumo do relatório do referido comitê será divulgado em conjunto com as Demonstrações 31 de dezembro de 2023 da Icatu Seguros S.A..

Conselho de administração

Presidente

Fernando Guerreiro de Lemos

Conselheiros

Ademar Schardong; Arthur José de Lemos Júnior; Luciano Soares; Luiz Carlos Caio Tomazelli

Diretoria

Diretor-Presidente

César Luiz Salazar Saut

Diretores

Marcio de Moraes Palmeira; Suzana Flores Cogo

Contador

Ivandro de Almeida Oliveira

CRC-RJ nº 076168/O-7

Atuário

Lígia de Abreu Sodré Pires

MIBA nº 1394

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da Rio Grande Capitalização S.A.

Porto Alegre - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Rio Grande Capitalização S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rio Grande Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisões técnicas de capitalização

Veja Notas 3.9 e 11 das demonstrações financeiras.

Principal assunto de auditoria	Como a auditoria endereçou esse assunto
Conforme apresentado nas notas explicativas nº 3.9 e 11 às demonstrações financeiras, a Companhia possui as seguintes provisões técnicas relacionadas a contratos de capitalização: Provisão para Resgates ("PR"), Provisão para Distribuição de Bônus ("PDB") e a Provisão para Sorteios a Realizar ("PSR"). Para mensurar a PR e a PDB, a Companhia adota como metodologia a aplicação de quotas (%), definidas nas condições gerais dos produtos, sobre os valores arrecadados no período, incluindo a incidência de juros e atualização monetária. Enquanto a PSR é constituída para cobrir os sorteios não realizados mas que já foram custeados, e portanto, requer julgamento da Companhia na determinação de metodologias e premissas que incluem, entre outras, estimativas de fluxos da provisão de sorteios a realizar e taxas de juros. Devido à relevância quantitativa dessas provisões técnicas e o impacto que eventuais mudanças nas premissas de cálculo da PSR poderiam causar nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: <ul style="list-style-type: none"> - entendimento dos controles chave relacionados ao processo de determinação e mensuração da PR, da PDB e da PSR; - conciliação das bases de dados operacionais suporte da PR, PDB e PSR com os respectivos saldos contábeis; - recálculo, com base em amostragem, da PR e PDB de acordo com as condições contratuais; - teste, com base em amostragem, da precisão das bases de dados operacionais utilizadas no cálculo da PR e da PSR, por meio do confronto dos dados utilizados com os respectivos contratos; - com o auxílio técnico de nossos especialistas na área atuarial, avaliamos as metodologias, a consistência dos dados, a atualização monetária e as taxas de juros, utilizadas na mensuração da PSR, bem como efetuamos o recálculo independente da referida provisão técnica partindo das bases de dados operacionais. Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideraram as informações relevantes.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.

• A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.

Parecer dos atuários independentes

Aos

Administradores e Acionistas da

Rio Grande Capitalização S.A.

Porto Alegre - RS

Escopo da Auditoria Atuarial

Examinamos as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado da Rio Grande Capitalização S.A. ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2023, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Rio Grande Capitalização S.A. é responsável pelas provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital

mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos demonstrativos da solvência, incluindo os ajustes associados à variação economi-

ca do patrimônio líquido ajustado e do capital mínimo requerido da Companhia e não abrange uma opinião no que se refere às condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Rio Grande Capitalização S.A. são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

• Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.

• A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixados pelo auditor, inferiores ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2024.

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Marcelo Nogueira de Andrade

Contador CRC RJ-086312/O-6





RIO GRANDE CAPITALIZAÇÃO S.A.
 CNPJ: 29.985.998/0001-02
 Rua Siqueira Campos, 1.163 - 6º andar / Cep: 90010-001

continuação

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado da Rio Grande Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2023 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP.

Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os

referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2024.

Daniela Sedel

Atuário MIBA 1721

KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.

CIBA 48



Anexo I

Rio Grande Capitalização S.A.

(Em milhares de Reais)

	31/12/2023
1. Provisões Técnicas	
Total de provisões técnicas auditadas	1.153.603
2. Demonstrativo do Capital Mínimo	31/12/2023
Capital Base (a)	10.800
Capital de Risco (CR) (b)	25.244
Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b)	25.244
3. Demonstrativo da Solvência	31/12/2023
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)	105.256
Ajustes Econômicos do PLA (7.803)	(7.803)
Exigência de Capital (CMR) (b)	25.244
Suficiência / (Insuficiência) do PLA (c = a - b)	80.012
Ativos Garantidores (d)	1.258.712
Total a ser Coberto (e)	1.153.603
Suficiência/ (Insuficiência) dos Ativos Garantidores (f = d - e)	105.109

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

- agencias@jornaldocomercio.com.br
- comercial@jornaldocomercio.com.br
- (51) 3213-1333 / 3213-1338
- (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

Assinado digitalmente por EMPRESA
 JORNALISTICA J C JARROS
 LTDA:92785989000104
 Data: 27/02/2024 00:11:49 -03:00

